



### Comissão Barroso II

Durão Barroso viu aprovada a sua 2ª Comissão Europeia com a votação recorde de 448 votos a favor, 137 contra e 72 abstenções.

Dos Deputados portugueses votaram a favor os do PSD, PS e CDS e votaram contra os do PCP e do BE.

ver pág.4

### Almunia foi infeliz

O Comissário Joaquín Almunia foi especialmente criticado pelas suas declarações que associaram Espanha e Portugal aos problemas que a Grécia está a atravessar.

O debate sobre a crise na zona Euro está resumido na:

pág.8

### HAITI !

O Parlamento Europeu expressou a sua solidariedade com o povo do Haiti e felicitou as forças europeias que contribuíram para reduzir o sofrimento das vítimas.

O PE sublinhou ainda a necessidade da constituição de uma entidade europeia de protecção civil capaz de intervenções de emergência em casos semelhantes.

ver pág.21



## em destaque:

### Parlamento Europeu recusa SWIFT

Por **378 votos a favor**, 196 contra e 31 abstenções, o Parlamento Europeu aprovou a recomendação da Comissão das Liberdades de **recusar o Acordo SWIFT com os EUA**.

O Acordo permitia às polícias americanas o acesso aos movimentos interbancários dos cidadãos europeus sem tutela judicial e com fracas medidas de protecção de dados.

Os defensores do Acordo sustentavam a sua necessidade no âmbito da luta contra o terrorismo e a urgência de alimentar com dados o TFTP americano: *Terrorism Finance Tracking Program*.

Os opositores consideram que os cidadãos europeus e as suas empresas ficam completamente desprotegidos face a um Acordo provisório que não assegura os mínimos e preferem negociar o Acordo definitivo sem o precedente de um texto que não está conforme "*o quadro jurídico estabelecido pelo Tratado de Lisboa e a Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia*".

A Relatora do Parlamento Europeu, a Deputada liberal holandesa **Jeanine Hennis-Plasschaert** lamentou que a UE continue a "*externalizar os seus serviços de segurança aos estados Unidos, sem reciprocidade*".

**Carlos Coelho** manifestou-se contra o Acordo e divulgou, na NET, dois documentos que explicam o que está em causa que podem ser consultados em:

[www.carloscoelho.eu/NAOSWIFT](http://www.carloscoelho.eu/NAOSWIFT)

[www.carloscoelho.eu/FAQSWIFT](http://www.carloscoelho.eu/FAQSWIFT)

ver pág.18

## ***Índice***

<b>Relações entre o Parlamento e a Comissão Europeia.....</b>	<b>3</b>
<b>Nova Comissão "Barroso II" .....</b>	<b>4</b>
<b>Dificuldades na zona Euro (Almunia criticado).....</b>	<b>8</b>
<b>Fundos para habitação de famílias de comunidades marginalizadas.....</b>	<b>11</b>
<b>Tráfico de seres humanos.....</b>	<b>12</b>
<b>Proibição do comércio internacional do atum rabilho.....</b>	<b>14</b>
<b>Países candidatos à UE.....</b>	<b>16</b>
<b>Acesso ao Aborto e paternidade.....</b>	<b>16</b>
<b>Ferimentos com seringas no sector da saúde.....</b>	<b>18</b>
<b>Acordo SWIFT.....</b>	<b>18</b>
<b>Resolução sobre o Haiti.....</b>	<b>21</b>
<b>Ordem do dia da sessão.....</b>	<b>23</b>

*Responsável: Pedro Paulos e Cruz*

*Fontes:*

- *Serviço de Imprensa do PE*
- *Serviço de Imprensa do GEPSD*
- *site [www.carloscoelho.eu](http://www.carloscoelho.eu)*

## Relações entre PE e Comissão: eurodeputados aprovam princípios orientadores

Os eurodeputados aprovaram hoje um conjunto de princípios orientadores para o Acordo-Quadro que vai reger as relações entre o Parlamento Europeu e a Comissão nos próximos cinco anos. Barroso apoiou a aprovação destes princípios, que reflectem os poderes acrescidos do PE com a entrada em vigor do Tratado de Lisboa.

O Parlamento e a Comissão estão actualmente a negociar a revisão do Acordo-Quadro que rege as relações entre as duas instituições. Os negociadores do PE e do executivo comunitário acordaram, no final de Janeiro, um conjunto de princípios orientadores, que foram hoje aprovados em plenário por ampla maioria.

O Presidente do Parlamento Europeu, **Jerzy Buzek**, disse: *"Estou feliz por termos chegado hoje a acordo sobre um documento tão importante. O Acordo-Quadro estabelece as novas regras sobre as quais se deve reger o trabalho diário entre o Parlamento Europeu e a Comissão. Este novo Acordo-Quadro dá um impulso ao método comunitário. Negociado por cinco anos, é o alicerce para uma sólida cooperação entre duas importantes instituições comunitárias"*.

O Presidente da Comissão, **José Manuel Barroso**, apoiou a aprovação destes princípios em plenário e disse estar "profundamente satisfeito por termos chegado a um entendimento comum" sobre o modo como as duas instituições irão trabalhar nos próximos anos. *"Proponho levar a nossa parceira especial a um outro nível (...) para reflectir o novo Tratado e para juntos moldarmos a Europa"*.

A segunda fase de negociações terá início logo que a Comissão entre em funções, devendo ficar concluídas em Maio ou Junho deste ano. O Acordo-Quadro delas resultante será depois objecto de um relatório da Comissão dos Assuntos Constitucionais do PE (o relator é o eurodeputado português Paulo Rangel) e submetido à votação do plenário.

### **Igualdade de tratamento entre o Parlamento e o Conselho**

Uma das garantias alcançadas pelos eurodeputados foi a de que *"a Comissão irá aplicar o princípio básico da igualdade de tratamento entre o Parlamento e o Conselho"*, especialmente no que se refere ao **acesso a reuniões e a informações e documentação completas** sobre as suas reuniões com peritos nacionais.

Outro dos compromissos estipula que *"a Comissão apoiará o Parlamento nas próximas negociações sobre o Serviço Europeu de Acção Externa (SEAE), com vista a garantir a plena prestação de contas desse serviço, incluindo um processo transparente para a nomeação dos representantes especiais e embaixadores"*.

Será também introduzida nas sessões plenárias uma **"Hora de Perguntas" com os membros da Comissão**, incluindo com a Vice-Presidente para as Relações Externas/Alta Representante da União para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança, segundo o modelo da Hora de Perguntas já existente com o Presidente da Comissão.

Outra inovação diz respeito à eventual **demissão de Comissários**: "se o Parlamento solicitar ao Presidente da Comissão que retire a confiança a um membro da Comissão, o Presidente da Comissão examinará seriamente a possibilidade de pedir ao Comissário em causa que se demita". O Presidente ou exigirá a demissão desse Comissário ou explicará perante o Parlamento, no período de sessões seguinte, a sua recusa em fazê-lo.

### **Reforço dos poderes de iniciativa legislativa do PE**

A Comissão compromete-se também a dar "*seguimento concreto*" a todos os pedidos de iniciativa legislativa do Parlamento Europeu. No prazo de três meses após a aprovação de um relatório de iniciativa legislativa pelo PE, "*a Comissão apresentará uma proposta legislativa no prazo um ano, o mais tardar, ou incluirá a proposta no programa legislativo e de trabalho ano seguinte*". Se não apresentar uma proposta, a Comissão deve fornecer ao Parlamento "*explicações detalhadas sobre as razões*" para o facto.

O PE conseguiu ainda garantias sobre as futuras negociações sobre uma adaptação do Acordo "*Legislar Melhor*" às novas disposições do Tratado de Lisboa e sobre o acesso a informações sobre todos os processos por incumprimento.

### **PE envolvido nas negociações sobre acordos internacionais**

A Comissão compromete-se a manter com o PE uma "*associação reforçada*" através da "*prestação de informações imediatas e completas ao Parlamento em todas as fases das negociações sobre os acordos internacionais*" (incluindo na definição das directrizes de negociação), nomeadamente em matéria comercial e noutras negociações que envolvam o processo de aprovação (consent).

Nas conferências internacionais, a Comissão facilitará, a pedido do PE, a concessão do estatuto de observador ao presidente da Delegação do Parlamento Europeu em reuniões importantes.

## **PE aprova nova Comissão Barroso II**

**O Parlamento Europeu elegeu hoje a nova Comissão Europeia por 488 votos a favor, 137 contra e 72 abstenções, ou seja, por 70% dos votos expressos, contra 66% em 2004. O mandato da Comissão Barroso II decorre até 31 de Outubro de 2014.**

A Comissão "*Barroso I*" foi aprovada pelo PE, em 18 de Novembro de 2004, por 449 votos a favor, 149 votos contra e 82 abstenções. A recondução de Barroso na Presidência da Comissão Europeia foi aprovada a 16 de Setembro do ano passado, por 382 votos a favor, 219 contra e 117 abstenções.

Antes da votação, os grupos PPE, S&D e ALDE anunciaram que iriam votar a favor do Colégio de Comissários, os Verdes/ALE, CEUE/EVN e EFD que iriam votar contra e o ECR que se absteria.

### **Debate em plenário sobre a nova Comissão**

"É a primeira vez na história que estamos a eleger a Comissão Europeia na nossa qualidade de plenos co-legisladores", disse o Presidente do Parlamento Europeu, **Jerzy Buzek**. "Este é o início de uma nova era", declarou, com um novo método de trabalho entre as duas instituições europeias.

A responsabilização perante o Parlamento Europeu "é crucial para a legitimidade democrática da Comissão", afirmou **José Manuel Durão Barroso**. Nestes tempos "excepcionais", com a crise económica, as alterações climáticas e o problema da segurança energética, precisamos de ser "audazes" e de "instituições europeias fortes", salientou. Cabe à Comissão e ao Parlamento agir em conjunto para "assegurar que a UE é mais do que a soma das suas partes". "Hoje tem início um novo capítulo na nossa aventura europeia", concluiu Barroso.

**Joseph Daul** (PPE, FR) conta com o "empenho pessoal e a liderança" de Barroso. "Espero que haja uma cooperação exemplar" entre o Parlamento e a Comissão "para tratar dos problemas dos europeus" atingidos pela crise e pelo pessimismo, disse. "A UE tem de projectar aquilo que é": um líder mundial no que diz respeito ao PIB, ao tamanho do mercado e à ajuda internacional, salientou. No entanto, do Haiti ao Irão, do Afeganistão ao Líbano, de Cuba às relações transatlânticas, a UE "tem falhado nas suas aspirações" e precisa de um "programa ambicioso" para remediar esta situação, adiantou o eurodeputado.

**Martin Schulz** (S&D, DE) criticou os Comissários indigitados por terem feito um "voto de silêncio" com Barroso para não cometerem erros durante as audições. Destacaram-se positivamente aqueles cujo diálogo com o PE foi "verdadeiro", como Michel Barnier, Joaquín Almunia e Kristalina Georgieva. "A Comissão só terá força enquanto órgão colegial", não pode cingir-se "ao José Manuel Barroso", a um "sistema presidencial", afirmou o líder do S&D. A UE precisa de "uma Comissão capaz de actuar" e não de uma "tecnocracia fria", rematou.

"Não dispor de uma Comissão com poderes reais durante os últimos meses foi mau para a União Europeia e espero que não se repita no futuro", salientou **Guy Verhofstadt** (ALDE, BE). O líder do ALDE disse que o seu grupo era "responsável" e que votaria a favor do Colégio de Comissários, mas o apoio será "condicional". A Comissão deve ser o motor de "uma integração muito maior da UE" e deve "trabalhar como um colégio", que tenha "coerência e coesão" e cujas políticas sejam representativas das três famílias políticas que a compõem.

Nas palavras de **Daniel Cohn-Bendit** (Verdes/ALE, FR), "estamos a assistir à coligação dos hipócritas": "antes do Dia dos Namorados dizemos a Barroso adoro-te (...), mas não acreditamos em ti". O co-presidente dos Verdes quer saber se esta Comissão vai ter "determinação, visão e ambição", mas, referindo-se aos Comissários, vai adiantando que "menos com menos não dá mais". "Estamos fartos" de ouvir pessoas a dizer que não apoiam a Comissão mas que depois votam a favor ou se abstêm, criticou.

**Jan Zahradil** (ECR, CZ) disse que o seu grupo apoiou Barroso pela sua "imagem de reformador". "Esperamos que esteja à altura dessa reputação", adiantou. O eurodeputado pediu a Barroso para "não estrangular os rebentos da recuperação económica" com mais regulação.

**Lothar Bisky** (CEUE/EVN, DE) criticou as orientações neoliberais do Presidente da Comissão, algo que será também reflectido no seu Colégio. O eurodeputado disse a Barroso que não terá o apoio do seu grupo, e que pode esperar "discussões duras mas justas" com o seu Colégio de Comissários.

Segundo **Nigel Farage** (EFD, UK), o denominador comum desta Comissão é ter "*peças que foram próximas do comunismo, até o Sr. Barroso foi maoísta*". O eurodeputado qualificou o processo europeu de "*desastroso*". "*Temos aqui um novo governo da Europa, com enormes poderes (...) e ainda ouvimos os grupos políticos do Parlamento a pedir-lhe que assuma mais poderes!*". O eurodeputado lamentou que a "*pobre da Grécia*" esteja "*aprisionada dentro da prisão económica do euro*" e considera que "*o mesmo vai acontecer à Espanha, a Portugal e à Irlanda*".

**Zoltán Balczó** (NI, HU) criticou o facto de os governos proporem pessoas "*para um cargo e não para trabalhar*".

### **Intervenção de eurodeputados portugueses**

**Miguel Portas** (CEUE/EVN): "*Senhor Presidente, quero interpelá-lo sobre o sentido de responsabilidade, Dr. Durão Barroso, à luz dos acontecimentos que colocaram o euro sob ataque dos especuladores. À tarde, discutiremos melhor as causas desse fenómeno, mas, em contrapartida, quero fixar-me nas declarações de Joaquín Almunia, porque foram elas que provocaram a imediata subida dos spreads e das taxas de juro no crédito internacional a Portugal e a Espanha, debilitando na semana passada, ainda mais, a posição do próprio euro. Não vale a pena dizer-me que Joaquín Almunia não disse o que disse. O que ouviram os jornalistas foi também o que ouviram os especuladores, e eles não perderam tempo.*

*Presidente Barroso, o papel de um Comissário não é o de pôr gasolina no fogo. Esta casa não pode dar o seu aval a quem, no momento crítico, não conseguiu estar à altura das suas responsabilidades. Este é o primeiro problema, o segundo é o dos sinais. Ante o ataque às dívidas públicas grega, espanhola e portuguesa, o que fizeram, até agora, as instituições europeias? O Sr. Trichet limitou-se a dizer que nenhum Estado deveria contar com tratamento especial, quando a mensagem deveria ser exactamente a inversa, isto é, dizer aos especuladores que não nos dividirão, porque esta é uma Europa de solidariedade. Esta é a questão política que está colocada e é por isso que esperamos respostas sérias ante o que aconteceu com as declarações do seu candidato a Comissário*".

**Luís Manuel Capoulas Santos** (S&D): "*Estive particularmente atento às audições dos Comissários indigitados para a agricultura e as pescas, áreas que acompanho com especial atenção no Parlamento Europeu. O seu perfil, em ambos os casos, parece-me adequado. Contudo, mais do que as personalidades e as competências, importa saber quais as condições políticas que terão para o desempenho da sua missão. Para que eu e o meu grupo político possamos conscientemente dar o nosso voto à investidura da Comissão, está, Sr. Presidente, em condições de me garantir que dará todo o apoio a estes seus dois Comissários para que as profundas reformas que vão iniciar-se nas mais comuns das políticas, a agricultura e as pescas, tenham em conta a manutenção do seu carácter comunitário, recusando toda e qualquer renacionalização?*".

**Paulo Rangel** (PPE): "*Queria neste momento, essencialmente, sublinhar à Comissão e ao Sr. Presidente da Comissão, a forma como trabalharam com este Parlamento ao longo destes meses de investidura. Não há nenhum órgão no mundo, com capacidade executiva e de iniciativa legislativa, que seja sujeito à apresentação pelo seu Presidente de um programa diante do Parlamento, à audição com todos os grupos parlamentares, a uma votação por maioria absoluta expressiva, a trazer aqui todos os Comissários para serem ouvidos um a um, sobre o seu próprio programa, com três a quatro horas de perguntas directas, de perguntas com respostas.*

*A Comissão aceitou negociar com o Parlamento um Acordo-Quadro, no qual aceitou, em primeiro lugar, justificar e ampliar os poderes do Parlamento no âmbito da iniciativa legislativa, aceitou o princípio do total acesso à informação, seja na acção legislativa e política, seja nas negociações internacionais e aceitou ter em conta a opinião do Parlamento sobre os Comissários, sobre a remodelação dos Comissários.*

*Isto significa, de uma vez por todas e do meu ponto de vista, que a Comissão deu provas, de Julho até aqui, de que está disposta a ter uma ligação estreita com o Parlamento e que, ao fazê-lo, demonstrou de um modo claro, evidente e inequívoco que a aliança estratégica do Tratado de Lisboa para o método comunitário, de que falava o colega Saryusz-Wolski, é a aliança entre o Parlamento e a Comissão. Por isso, a Comissão e o Acordo-Quadro merecem o integral apoio do PPE".*

**Ilda Figueiredo** (CEUE/EVN), por escrito: *"Na apresentação da nova Comissão Europeia o Presidente Barroso apresentou um programa que é a continuação da política neoliberal, federalista e militarista da antiga Comissão. O Colégio de Comissários que apresentou vai seguir as mesmas orientações como verificámos durante as audiências que decorreram nas comissões parlamentares. Vamos ter um período com propostas de aprofundamento da integração capitalista europeia que estamos a viver. A anterior Comissão já deixou muito trabalho preparado, incluindo as linhas gerais e a dita consulta pública sobre a estratégia que vai dar continuidade à chamada Estratégia de Lisboa. Para já, chamam-lhe Estratégia UE 2020, mas adiantam que servirá para passar à prática: explorar os instrumentos existentes através de uma nova abordagem. Ou seja, o que sabemos desde já é que teremos mais do mesmo. Ignoram a necessidade de balanço da aplicação das medidas tomadas em nome da Estratégia de Lisboa e do grau de concretização dos objectivos então proclamados ou as consequências da aplicação do Pacto de Estabilidade. Escamoteiam que temos mais de 23 milhões de desempregados a nível da UE, com destaque para os jovens cuja taxa de desemprego ultrapassa já os 21% e mais de 85 milhões de pessoas em situação de pobreza. Só podemos votar contra esta nova Comissão".*

### **Avaliações dos Comissários**

A eleição da Comissão foi precedida, em Janeiro e início de Fevereiro, pela audição dos Comissários indigitados nas comissões parlamentares. Cada comissão parlamentar enviou uma carta de avaliação do respectivo Comissário indigitado à Conferência de Presidentes do PE, formada pelo Presidente da instituição e pelos líderes dos grupos políticos. Todas as avaliações foram positivas.

### **Comissão: votações anteriores**

<b>Data</b>	<b>Comissão</b>	<b>Votos (a favor - contra - abstenções)</b>
Fevereiro 1981	Thorn	155-31
Janeiro 1985	Delors I	209-34
Janeiro 1989	Delors II	Votos não registados, aprovação por ampla maioria

Janeiro 1993	Delors III	256-84
Janeiro 1995	Santer	417-104
Setembro 1999	Prodi	427-138-29 (para o período não concluído da Comissão Santer)
Setembro 1999	Prodi	404-153-37 (para o período completo de 2000-2005)
Mai 2004	Prodi	531-18-39 (dez novos Estados-Membros)
Novembro 2004	Barroso I	449-149-82
Fevereiro 2010	Barroso II	<b>488-137-72</b>

## Dificuldades na zona euro: eurodeputados debatem situação com Almunia

As actuais dificuldades na zona euro devem motivar uma coordenação económica mais apertada entre os países do euro e abordagens reactivas para evitar tensões nos mercados financeiros, defenderam hoje alguns eurodeputados no debate com o Comissário Joaquín Almunia e o secretário de Estado espanhol para os Assuntos Europeus. Os eurodeputados portugueses que participaram no debate criticaram Almunia pelas declarações da semana passada colando a situação de Portugal e de Espanha à da Grécia.

No debate sobre a situação monetária, económica e social difícil que atravessam países da zona euro, o representante da presidência espanhola do Conselho, **Diego López Garrido**, disse que "*o défice público é um resultado claro da crise, associada a uma forte intervenção financeira por parte dos governos para prevenir o colapso do sistema financeiro*". Sobre a situação monetária, o Secretário de Estado espanhol dos Assuntos Europeus considera que, "*apesar de tensões nos mercados bolsistas, a UE actuou de forma correcta*" e que "*os actuais incentivos não devem ser ainda abandonados*".

Medidas fiscais, reformas estruturais e um mecanismo de vigilância integrado são "*a chave para encontrar a solução para as presentes tensões*" e para "*pôr de novo a Grécia num caminho sustentável*", disse Joaquín Almunia. O Comissário expressou o seu apoio ao plano proposto pelo governo grego, afirmando que a Comissão vê com bons olhos o congelamento dos salários públicos e as adaptações fiscais. Segundo **Almunia**, "*as medidas são um passo na direcção certa*". Se houver outros riscos, "*medidas suplementares serão implementadas*", adiantou. O Comissário avisou que o apoio dos Estados-Membros "*não será gratuito*" e que a Grécia tem, em retorno, de fazer os esforços necessários.

### Intervenção dos grupos políticos

Segundo **Corine Wortmann-Kool** (PPE, NL), os problemas que a zona euro enfrenta torna urgente uma abordagem mais rigorosa à governação económica e necessária uma forte coordenação das políticas económicas.

"*Não cedam ao medo*", disse **Udo Bullman** (S&D, DE), reconhecendo, no entanto, que "*os Estados-Membros estão a falhar nos seus esforços de modernização*".

**Guy Verhofstadt** (ALDE, BE) criticou a lentidão da intervenção europeia na crise: "*o nosso erro táctico e estratégico foi não termos intervindo imediatamente para evitar um contágio à restante zona euro*".

**Pascal Canfin** (Verdes/ALE, FR) avisou que também a Espanha cumpria os critérios do Pacto de Estabilidade mas a sua dívida pública "*explodiu*", e desde há dois anos vive com elevados níveis de desemprego. "*Os critérios de estabilidade são importantes mas não suficientes*", acrescentou.

**Key Swinburne** (ECR, UK) afirmou que a UE "*deve estabelecer uma estratégia sustentável de dívida*", uma vez que "*está exposta em tempos de crise*".

**Nikolaos Chountis** (CEUE/EVN, GR) apontou a Estratégia de Lisboa como uma das causas da crise, considerando que esta é geral na zona euro, dando como exemplo a Grécia, Portugal e Espanha.

"*A Grécia e a Europa estão a braços com um desastre*", disse **Nikolaos Salavrakos** (EFD, GR), contrastando com a visão do Presidente Barroso da existência de laços económicos e sociais mais fortes entre os Estados-Membros.

Para **Jean-Marie Le Pen** (NI, FR), "*o que está a acontecer na Grécia, na Espanha e em Portugal é escandaloso*". "*O que se aprendeu com esta crise é que o contribuinte é uma fonte inesgotável*", rematou.

### **Intervenção de eurodeputados portugueses no debate**

**Elisa Ferreira** (S&D): "*Numa União Monetária não há ataques à Grécia, à Espanha, à Irlanda ou a Portugal, há ataques à União e há ataques ao euro, aproveitando os sinais de fragilidade ou as brechas que se vão abrindo na solidez do bloco. E, neste contexto, tenho de dizer-lhe, Sr. Comissário, que as suas declarações foram inoportunas e perigosas, mas, vindas de alguém com a sua experiência e curriculum, só podem reflectir um desabafo perante a persistência e inacção por parte da Comissão que integrou.*

*Porque uma União Monetária é bastante mais, como sabem, do que uma moeda única, um Pacto de Estabilidade ou um Banco Central único. A União Monetária, para ser sustentável a prazo, não pode limitar-se a indicadores nominais de curto prazo, não pode deixar para trás a economia real, o crescimento económico, o emprego, e não pode ignorar as brutais divergências internas de carácter regional e social que a acompanham e que a Comissão, muito bem, detectou no trabalho que fez da EMU@10.*

*Por isso, cada país membro tem as suas obrigações. Mas quem considerar que a União Monetária é um projecto acabado, comete um erro sem perdão. Temos de deixar de usar palavras e passar à acção. A Estratégia de Lisboa não funcionou porque não tinha meios nem instrumentos. Hoje, se queremos que a União Monetária persista e seja sólida, é preciso substituir termos como solidariedade e*

coordenação de políticas económicas por meios concretos e instrumentos que até agora não estiveram lá.

*A Comissão acaba de ser empossada, não para manter aquilo que fez até agora, mas para aprender as lições e iniciar uma nova fase. É isso que eu espero e têm a minha confiança".*

**Ilda Figueiredo** (CEUE/EVN): *"Neste debate era fundamental assegurar que a União Europeia ia fazer uma ruptura com as suas políticas monetaristas e com os critérios cegos do Pacto de Estabilidade. Era fundamental apostar no progresso social para dar prioridade à resolução do problema do desemprego e da pobreza, para apoiar a produção e a criação de emprego com direitos, para garantir a coesão económica e social, para medidas de apoio orçamental aos países com situação mais grave, designadamente antecipando fundos sem necessidade de contrapartidas nacionais. Mas, infelizmente, não foi nada disso que aqui se ouviu.*

*O Sr. Comissário Almunia insistiu nas mesmas políticas, insistiu nas mesmas receitas do neoliberalismo, tentando fazer recair sobre os mesmos de sempre as consequências das más políticas também da União Europeia, incluindo as suas próprias responsabilidades, Sr. Comissário, designadamente com as tristes e lamentáveis afirmações que fez sobre a Grécia, Espanha e Portugal, o que fez, no meu país, por exemplo, Portugal, desencadear uma corrida dos capitais especulativos. Eles, sim, ganharam com as suas declarações. Mas o meu país e os outros perderam com elas e com as políticas que aqui estão. Por isso, lhes dizemos, é tempo de mudar de políticas".*

**Diogo Feio** (PPE): *"Num debate sobre a situação económica de certos países membros da zona euro, a receita é clara: é necessário mais União Económica e Monetária, é necessária melhor competitividade, é necessária melhor solidariedade. Fala-lhe, Sr. Comissário, alguém que, sendo português, sabe bem das dificuldades de ver a dívida pública a crescer, o défice a ser dificilmente controlado ou a despesa pública a ser excessivamente alta. O que esses países necessitam é de solidariedade e bons sinais. Infelizmente, não foram bons sinais as declarações que o Sr. Comissário Almunia recentemente fez, comparando a situação portuguesa e espanhola com a grega. Foram afirmações infelizes e pouco prudentes que tiveram efeitos imediatos no mercado. As bolsas de Lisboa e Madrid caíram a pique. Não se pode juntar dificuldades às dificuldades.*

*A gestão política é extraordinariamente importante. Aquilo que pretendo saber é se retira essa lição para o futuro, porque, assim, poderemos ter uma melhor União Económica, apostar em mais Europa para criar solidariedade e para perceber que as situações entre os diferentes Estados são totalmente distintas e não são comparáveis. Se retirarmos essa lição, com certeza que o futuro da zona euro será melhor".*

**José Manuel Fernandes** (PPE): *"Espera-se que os Comissários europeus sejam factor de estabilidade e produzam declarações rigorosas e fundamentadas, ao contrário do que aconteceu com declarações recentes do Comissário Joaquín Almunia, que demonstrou falta de prudência e contribuiu para perdas nas bolsas e desconfiança nos investidores internacionais em relação a Portugal e Espanha.*

*Os Estados-Membros da UE, para fazer face à crise, lançaram planos de recuperação, estímulos e incentivos à economia, e conseqüentemente, aumentaram os seus défices. No entanto, também conhecemos Estados-Membros que, por incompetência ou propositadamente, se enganaram nos seus défices. Os últimos*

*acontecimentos obrigam a União Europeia a imprimir nova força às propostas de supervisão e implementar uma estratégia de coordenação económica reforçada. Propõe-se ainda que se concretize um sistema de monitorização do valor do défice de cada Estado-Membro, de modo a que a se definam rapidamente medidas de correcção, evitando-se eventuais situações irreversíveis. Este sistema deve funcionar praticamente em tempo real. É ainda importante que se clarifique a fórmula de cálculo do défice de modo a que se evitem situações de maquilhagem de contas públicas e se evitem as recorrentes técnicas de desorçamentação com o objectivo de se camuflar o valor do défice".*

## **Habitação: PE aprova fundos europeus para comunidades marginalizadas**

**As comunidades marginalizadas nos 27 Estados-Membros poderão beneficiar do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional para cobrir as despesas de renovação ou de substituição das actuais habitações, de acordo com a alteração a um regulamento que os eurodeputados aprovaram hoje em plenário por 588 votos a favor, 57 contra e 16 abstenções.**

Até ao momento, o apoio financeiro do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER) a intervenções no sector da habitação aplicava-se apenas a comunidades marginalizadas que residiam nas zonas urbanas dos novos Estados-Membros.

O regulamento hoje aprovado pelos eurodeputados, com base num acordo entre o Parlamento Europeu e o Conselho, permite que todos os 27 Estados-Membros beneficiem destes fundos para a renovação ou a substituição das habitações das respectivas comunidades marginalizadas, quer estas vivam em zonas urbanas ou em áreas rurais.

Entre os grupos-alvo abrangidos por estas medidas encontram-se os ciganos (Roma), a maior comunidade marginalizada na Europa.

### **Intervenção de eurodeputados portugueses no debate**

**Luís Paulo Alves (S&D):** *"Este relatório relativo ao FEDER tem o intuito de alargar a elegibilidade das intervenções no sector da habitação a favor das comunidades marginalizadas nos nossos Estados-Membros. Até ao momento este apoio aplicava-se apenas às comunidades marginalizadas que residiam nas zonas urbanas dos novos Estados-Membros. Ou seja, uma vez que a grande maioria deste tipo de comunidades vive em áreas rurais e em abrigos, estas comunidades não podiam beneficiar do apoio para substituir habitações de má qualidade.*

*Trata-se, no fundo, de colmatar uma lacuna e dar aos Estados-Membros e às suas regiões maiores possibilidades na política de mitigação das dificuldades específicas destas comunidades.*

*Saúdo também a igualdade de tratamento para todos os Estados-Membros, pois as comunidades marginalizadas com necessidades de apoio e de integração merecem a nossa preocupação, independentemente do Estado-Membro a que pertencem.*

*Ao concluir, em primeira leitura, este importante relatório na luta contra a pobreza e pela dignidade humana consegue-se igualmente a sua rápida aplicação no âmbito do plano de relançamento económico, respondendo de forma célere à crise que nos afecta".*

**Nuno Teixeira (PPE):** *"Permitam-me que comece por destacar o papel do relator, o Sr. van Nistelrooij, pelo seu trabalho na busca de consensos nesta matéria e também pela disponibilidade que sempre manifestou para incorporar outros contributos no seu relatório. Amanhã votaremos modificações ao Regulamento FEDER que assumem particular importância para os chamados antigos Estados-Membros e também para Portugal. Estas alterações vão permitir estender a utilização do FEDER no sector da habitação a favor de comunidades marginalizadas, já que actualmente este Fundo apenas pode ser atribuído a operações de desenvolvimento urbano.*

*As alterações que propus, em conjunto com outros colegas, e que foram aprovadas por larga maioria na Comissão de Desenvolvimento Regional, vão permitir que os antigos Estados-Membros, e não apenas os novos, tal como previa a proposta original, possam também beneficiar desta possibilidade de financiamento. Com isto tentei evitar que se abrisse um precedente, que considero perigoso, e que excluiria todos os antigos Estados-Membros desta e, provavelmente, de outras utilizações adicionais de ajudas comunitárias. O que não faria qualquer sentido, já que os problemas de carácter habitacional, sobretudo entre comunidades marginalizadas, existem tanto nos novos como nos antigos Estados-Membros.*

*Aproveito para reiterar que a antiguidade da adesão à União Europeia não deve ser critério para a atribuição de fundos estruturais e que este critério deve ser liminarmente abandonado. A negociação da política de coesão pós 2013 deve basear-se na solidariedade, visando a coesão territorial, e deve ser orientada para premiar, em vez de castigar, as regiões que se têm mostrado exemplares na utilização das ajudas comunitárias".*

## **Tráfico de seres humanos: PE quer penas mais duras e apoio gratuito às vítimas**

**A assistência às vítimas de tráfico de seres humanos, em especial mulheres e crianças, deve ser "incondicional" e incluir apoio jurídico gratuito, defendeu hoje o Parlamento Europeu. O nível das penas e sanções para quem lucra com o tráfico e grandes campanhas de sensibilização dirigidas aos potenciais compradores deste tipo de serviços são alguns dos aspectos que os eurodeputados querem ver regulados na futura legislação europeia neste domínio.**

A luta contra o tráfico de seres humanos tem de continuar a ocupar um lugar de destaque entre as prioridades da UE, mesmo em tempos de crise económica e financeira, declara o Parlamento Europeu numa resolução hoje aprovada por ampla maioria. Segundo a avaliação de 2009 da Europol, o tráfico de mulheres para exploração sexual não diminuiu e o tráfico para trabalho forçado tem vindo a aumentar.

O tráfico reveste muitas formas, como, por exemplo, a exploração sexual, o trabalho forçado, o comércio ilegal de órgãos humanos, a mendicidade, as adopções ilegais e o trabalho doméstico. Das vítimas identificadas, 79% são mulheres e raparigas.

As novas acções europeias neste domínio devem, segundo o PE, "*centrar-se na protecção das vítimas*", mediante a "*garantia de que a assistência às vítimas é incondicional, de que o consentimento de uma vítima deste tipo de exploração é sempre irrelevante e de que as vítimas têm direito a assistência, independentemente da sua disponibilidade para cooperar em processos penais*".

### **Assistência às vítimas**

Os eurodeputados querem que as vítimas, a partir do momento que sejam identificadas como tal, recebam toda a ajuda possível, incluindo acesso a, "*pelo menos, uma autorização de residência temporária*" e acesso simplificado ao mercado de trabalho, nomeadamente à formação e outras formas de aperfeiçoamento profissional.

O PE defende também uma política de reunificação familiar simplificada para as vítimas, principalmente quando a protecção destas o exija, acesso a alojamento adequado e seguro e a serviços de ajuda especializada, nomeadamente a concessão de um subsídio de alimentação/subsistência, acesso a tratamento médico de urgência e a serviços de aconselhamento, tradução e interpretação, caso seja necessário, ajuda para o contacto com a família e os amigos e acesso das crianças à educação.

Para além disso, deve ser oferecida às vítimas ajuda profissional, "*incluindo apoio jurídico gratuito*" (que é essencial para que possam escapar à situação de coerção em que se encontram), tendo em conta que não dispõem de meios financeiros e não podem, por isso, pagar esse apoio.

### **Sanções**

O nível das penas e sanções para quem lucra com o tráfico de seres humanos – incluindo pessoas colectivas – deve reflectir a gravidade do crime e ter um efeito dissuasor, devendo o tráfico de crianças ser objecto de penas particularmente severas, destaca o PE.

### **Medidas dissuasoras para os utilizadores dos serviços**

A acção e as medidas futuras de prevenção podem também visar os utilizadores dos serviços das vítimas do tráfico, adianta o PE, apelando a que sejam lançadas grandes campanhas de informação e sensibilização nos Estados-Membros tendo como alvo os potenciais compradores dos serviços prestados pelas vítimas do tráfico.

### **Apelo à Frontex e aos serviços nacionais de controlo nas fronteiras**

O PE pede à Frontex e aos serviços nacionais de controlo nas fronteiras que, no decurso das suas actividades, definam práticas comuns para sensibilizar o seu pessoal para o problema do tráfico, identificar as vítimas e assegurar a sua protecção.

A resolução hoje aprovada em plenário sobre a prevenção do tráfico de seres humanos foi apresentada pelos grupos S&D, ALDE, Verdes/ALE e CEUE/EVN.

O Tratado de Lisboa reforça a acção da UE no domínio da cooperação judiciária e policial em matéria penal, incluindo a luta contra o tráfico de seres humanos. O Parlamento Europeu, enquanto co-legislador, terá um papel importante a desempenhar neste domínio.

**Intervenções de eurodeputados portugueses:**

**Carlos Coelho (PPE):** *"Esta forma moderna de escravatura tem vindo a crescer assustadoramente nos últimos anos, tornando-se na terceira actividade mais lucrativa para o crime organizado. Em 2009, a ONU estimou a existência de 270000 vítimas e a Europol não registou uma diminuição do tráfico de mulheres para exploração sexual, constatando um aumento para efeitos de trabalho forçado. É inaceitável e não pode ser facilitado pelo facto de existirem lacunas legislativas. Urge uma resposta rápida, global e coordenada quer no plano legislativo, quer operacional. Com a entrada em vigor do Tratado de Lisboa, exorto a Comissão a reapresentar uma nova proposta o mais rapidamente possível, consagrando como uma das suas grandes prioridades a criação de uma política europeia coerente, que permita combater de forma eficaz o tráfico de seres humanos em todas as suas vertentes, desde as questões relacionadas com os países de origem, de trânsito e destino, aos recrutadores, transportadores, exploradores e outros intermediários, bem como clientes e beneficiários.*

*Deverá ser assegurada, em paralelo, uma protecção adequada às vítimas e testemunhas, que as possa proteger através de uma assistência imediata. Deverá, igualmente, ser feito um esforço para tirar partido da acção de instrumentos que, infelizmente, continuam a ser subutilizados neste domínio como é o caso da Europol, Eurojust e Frontex. "*

## **Atum rabilho: PE defende proibição do comércio internacional**

O atum rabilho e o urso polar são algumas das espécies cujo comércio internacional deve ser proibido, defende o Parlamento Europeu numa resolução sobre a Convenção sobre o Comércio Internacional das Espécies Selvagens da Fauna e da Flora Ameaçadas de Extinção (CITES). A próxima Conferência das Partes na CITES realiza-se de 13 a 25 de Março, em Doha. O PE solicita à Comissão e aos Estados-Membros que apoiem estas proibições, bem como que se mantenha a proibição relativa aos elefantes africanos.

A Convenção CITES é o principal acordo global sobre a conservação das espécies selvagens, com o objectivo de evitar a exploração excessiva das espécies da fauna e da flora selvagens pelo comércio internacional. As Partes na Convenção elevam-se a 175, incluindo os 27 Estados-Membros da UE.

O Anexo I da CITES – no qual os eurodeputados querem que seja inscrito o atum rabilho e o urso polar – inclui as espécies ameaçadas de extinção cujo comércio internacional é proibido.

Em relação ao atum rabilho, os eurodeputados instam a Comissão e os Estados-Membros a apoiar a proibição do comércio caso se encontrem reunidas as seguintes condições:

- instauração de uma derrogação geral para o comércio interno que permita assegurar a perenidade da pesca artesanal costeira;
- acompanhamento financeiro da UE para os marítimos e os armadores afectados por esta decisão;
- reforço dos controlos e das sanções para lutar contra a pesca ilícita, não declarada e não regulamentada.

### **Intervenção de eurodeputados portugueses no debate**

**Edite Estrela (S&D):** *"A ONU diz que a diversidade biológica enfrenta a pior crise desde que os dinossauros foram extintos há 65 milhões de anos. A destruição dos recifes de coral nos trópicos, a desertificação crescente em África e a desflorestação ameaçam a biodiversidade e têm impactes negativos em muitos sectores da economia, tais como a produção de alimentos, o turismo, a indústria farmacêutica ou a produção de energia.*

*A ONU reconhece também que falhou o objectivo, fixado em 2002, de redução significativa da actual taxa de perda da diversidade biológica até 2010. A CITES constitui o principal acordo global sobre a conservação das espécies selvagens com o objectivo de evitar a exploração excessiva das espécies da fauna e da flora selvagens pelo comércio internacional. O consumo humano de recursos naturais, a destruição dos habitats, as alterações climáticas, a exploração excessiva das espécies selvagens e o comércio ilícito constituem as principais causas do empobrecimento da biodiversidade. Importa, por isso, garantir que, no Ano Internacional da Biodiversidade, os objectivos estratégicos fundamentais da União Europeia no âmbito da próxima Conferência das Partes na CITES vão ao encontro do objectivo de protecção da diversidade biológica, fundamental para o bem-estar e para a sobrevivência da Humanidade. Temos de ser ambiciosos e exigir a protecção de todas as espécies em extinção".*

**Maria do Céu Patrão Neves (PPE):** *"No passado mês de Novembro o ICCAT adoptou fortes medidas restritivas da captura do atum rabilho: redução da captura em 2010 de 22 para 13.500 toneladas, restrição da pesca entre 15 de Maio a 15 de Junho para cercadores com retenida. Medidas ambiciosas e sem precedentes, nas palavras do então Comissário Joe Borg. Estas decisões foram tomadas em consonância com os últimos pareceres científicos sobre a espécie e o seu impacto deverá ser avaliado ainda em 2010.*

*Não faz, pois, qualquer sentido antecipar novas restrições económica e socialmente penalizadoras do sector, sobretudo no período de grave crise que atravessa, como aquelas que equivalem à inclusão do atum rabilho no Anexo I. O sector das pescas exige um equilíbrio dinâmico entre os seus três pilares: o ambiental, o económico e o social.*

*No caso dos requisitos ambientais, estes devem ser cientificamente fundamentados, tal como aliás se verificou na reunião do ICCAT com a participação activa da União Europeia. Assim sendo, inscrever o atum rabilho no Anexo I constituiria um grave precedente de desrespeito da exigência de: primeiro, fundamento científico para a enunciação das restrições; segundo, equilíbrio entre os pilares ambiental, económico e social, abrindo-se assim a porta a outras tomadas de decisão precipitadas e facciosas, pervertendo-se as regras de uma gestão responsável".*

## PE aprova relatórios sobre situação dos países candidatos à UE

O Parlamento Europeu aprovou hoje relatórios sobre os progressos realizados pelos três países candidatos à União Europeia: Croácia, Antiga República Jugoslava da Macedónia e Turquia.

O Estado de Direito, a liberdade de expressão, as relações de vizinhança, o tratamento das minorias étnicas, os direitos das mulheres e a luta contra a corrupção e o crime organizado são alguns dos assuntos analisados pelo Parlamento Europeu.

Em relação à **Croácia**, o PE afirma que as negociações de adesão podem ser concluídas já este ano. A adesão bem-sucedida da Croácia daria um "*ímpeto positivo*" ao processo de integração dos restantes países dos Balcãs Ocidentais na UE, sublinham os eurodeputados.

Quanto à **Antiga República Jugoslava da Macedónia (ARJM)**, os parlamentares esperam que as negociações de adesão comecem "*num futuro próximo*" e pedem ao Conselho que confirme, na cimeira de Março, a recomendação da Comissão para a abertura das negociações.

Relativamente à **Turquia**, o PE considera que o progresso no sentido de reformas concretas "*permaneceu limitado*" em 2009. A não abertura dos portos e aeroportos a Chipre "*pode afectar seriamente o processo de negociações*", avisa. Para além disso, a decisão do Tribunal Constitucional turco de banir o Partido da Sociedade Democrática (DTP), pró-curdo, e a anulação da legislação que limitava a jurisdição dos tribunais militares são vistas como um sério passo atrás nos esforços de reforma.

## PE defende acesso ao aborto e licença de paternidade a nível europeu

O Parlamento Europeu defendeu hoje que seja instaurada uma licença de paternidade a nível europeu. No relatório sobre a igualdade entre homens e mulheres na UE em 2009, os eurodeputados insistem que "*as mulheres devem ter o controlo dos seus direitos sexuais e reprodutivos, designadamente graças a um acesso à contraceção e ao aborto*". Os parlamentares exigem também a revisão da legislação europeia sobre igualdade salarial.

Os eurodeputados defendem que a licença de maternidade deve ser associada à licença de paternidade no sentido de se proteger melhor a mulher no mercado de trabalho e combater desta maneira os estereótipos existentes na sociedade no que toca ao uso desta licença.

No relatório hoje aprovado por 381 votos a favor, 253 contra e 31 abstenções, o PE defende que as mulheres devem ter acesso gratuito a consultas sobre aborto, manifestando o seu apoio a "*medidas e acções que visem melhorar o acesso das mulheres aos serviços de saúde sexual e reprodutiva*". Os eurodeputados insistem

que os homens devem também ser sensibilizados para as suas responsabilidades em matéria sexual e reprodutiva.

Os parlamentares exigem também a revisão da legislação europeia sobre igualdade salarial. O relatório assinala que, em 2009, a disparidade de remuneração entre mulheres e homens se manteve a um nível elevado, entre 14% e 17,4%.

Em relação à violência doméstica, o PE apoia a proposta da presidência espanhola para o lançamento de uma ordem de protecção europeia das vítimas e a criação de um número de telefone comum de ajuda às vítimas à escala da UE.

### **Intervenção de eurodeputados portugueses no debate**

**Ilda Figueiredo**, em nome do grupo CEUE/EVN: *"Como a realidade mostra e o próprio Eurostat confirma, a crise económica e social está a afectar gravemente as mulheres. É o desemprego que não pára de aumentar, é o trabalho precário e mal pago, com as desigualdades salariais entre homens e mulheres a crescerem novamente e a ultrapassarem, em média, os 17% a nível da União Europeia. É a pobreza resultante, quer dos baixos salários e rendimentos, incluindo reformas e pensões de mulheres idosas, quer da dificuldade de acesso a serviços públicos de qualidade a baixo custo ou gratuitos. São as situações de tráfico e prostituição de mulheres e raparigas, a violência no trabalho e em casa, as múltiplas discriminações de mulheres em situações mais frágeis.*

*Por isso, como se salienta no relatório, e cumprimento o nosso relator, é preciso dar particular atenção à situação económica e social das mulheres na elaboração das políticas comunitárias, impondo-se um estudo de impacto social das novas estratégias comunitárias, para evitar que se continuem a agravar as discriminações e desigualdades, para assegurar a igualdade no progresso social e não no retrocesso de direitos económicos, sociais e laborais, para proteger a função social da maternidade e paternidade. É urgente apostar numa verdadeira estratégia de desenvolvimento e progresso social que dê prioridade ao emprego com direitos, à produção, a serviços públicos de qualidade e à inclusão social. É tempo de dar passos significativos na melhoria da vida da maioria das mulheres, incluindo na área da saúde sexual e reprodutiva e acabar com as hipocrisias que ainda persistem relativamente à questão do aborto".*

**Edite Estrela (S&D)**: *"Quero começar por felicitar o relator pelo excelente trabalho e espero que as propostas constantes desta resolução sejam aprovadas. No Ano Europeu de Combate contra a Pobreza e a Exclusão Social verificamos que o rosto da pobreza é cada vez mais feminino. A maior parte dos cerca de 80 milhões de pobres existentes na Europa são mulheres e crianças. Com a crise económica e social, as mulheres são quem mais sofre. As mulheres são as últimas a ingressar no mercado de trabalho e as primeiras a ir para o desemprego. Acresce que, em 2004, a diferença salarial entre homens e mulheres era de 15% e em 2009 é de mais de 17%.*

*Gostaria de chamar a atenção e pedir o apoio dos colegas para algumas propostas que me parecem inovadoras e muito importantes: a criação da Carta Europeia dos Direitos das Mulheres que tanta falta nos faz, como já aqui foi referido, a proposta de uma directiva de prevenção e combate a todas as formas de violência contra as mulheres, violência doméstica e tráfico de mulheres, a introdução na legislação europeia da licença de paternidade, já existente na esmagadora maioria dos Estados-Membros, de forma a promover a conciliação entre a vida profissional e a vida familiar e pessoal e estimular a natalidade. Gostaria de terminar agradecendo*

*ao Sr. Comissário Špidla tudo aquilo que fez para promover a igualdade de género e pela colaboração que teve com o Parlamento Europeu. As maiores felicidades, Sr. Comissário".*

## **Prevenção de ferimentos com seringas no sector da saúde**

**O Parlamento deu hoje o seu apoio ao Acordo-Quadro celebrado entre os parceiros sociais europeus no sistema hospitalar e de saúde que tem por objectivo prevenir ferimentos provocados por objectos cortantes e perfurantes neste sector. Na UE, ocorrem anualmente mais de um milhão de ferimentos com seringas. Estes ferimentos podem provocar a transmissão de mais de 20 vírus potencialmente mortais, designadamente o da Hepatite B, Hepatite C e HIV/SIDA.**

O Acordo-Quadro relativo à prevenção de ferimentos provocados por objectos cortantes e perfurantes nos sectores hospitalar e da saúde foi celebrado pela HOSPEEM (Associação Europeia de Empregadores Hospitalares e de Saúde) e pela EPSU (Federação dos Sindicatos Europeus do Serviço Público).

*"A entrada em vigor do Acordo-Quadro representará um importante contributo para a protecção da saúde e da segurança dos trabalhadores dos sectores hospitalar e da saúde", afirma o PE na resolução hoje aprovada.*

A iniciativa no sentido de encontrar uma solução legislativa para proteger adequadamente o pessoal médico de agentes patogénicos potencialmente mortais transmitidos por via sanguínea na sequência de ferimentos com seringas e outros instrumentos médicos cortantes tem origem numa resolução do Parlamento Europeu, de 6 de Julho de 2006.

Segundo os eurodeputados, a proposta de directiva que executa este Acordo-Quadro retoma as inovações mais importantes dessa resolução parlamentar.

## **SWIFT: Parlamento Europeu rejeita acordo com os Estados Unidos**

**O Parlamento Europeu recusou hoje aprovar o acordo provisório SWIFT relativo à transferência de dados bancários para os EUA, manifestando a sua preocupação relativamente à protecção de dados dos cidadãos europeus, à proporcionalidade e à reciprocidade. Com esta rejeição, o acordo assinado entre os ministros dos 27 Estados-Membros e os EUA não pode produzir efeitos jurídicos. Os eurodeputados propõem que seja negociado um novo acordo.**

A **recomendação** da Comissão das Liberdades Cívicas, Justiça e Assuntos Internos do PE **para que não fosse aprovada a celebração do acordo teve o apoio de 378 eurodeputados, contra 196 e 31 abstenções.**

O Parlamento Europeu solicita à Comissão e ao Conselho que dêem início aos trabalhos com vista à celebração de um acordo de longo prazo com os EUA em matéria de prevenção do financiamento do terrorismo, recordando que *"qualquer novo acordo neste domínio deve ser conforme ao novo quadro jurídico estabelecido no Tratado de Lisboa e à Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia"*.

O pedido de adiamento da votação, feito pelos grupos PPE e ECR, foi rejeitado por 290 votos a favor, 305 contra e 14 abstenções.

*"O Conselho não foi suficientemente forte"* no que diz respeito à protecção dos dados dos cidadãos, argumentou a relatora, **Jeanine Hennis-Plasschaert**. Segundo a eurodeputada liberal holandesa, as regras sobre transferência e armazenamento de dados previstas no acordo não são proporcionais em relação ao objectivo de segurança supostamente pretendido.

Para dar continuidade ao intercâmbio de dados bancários no âmbito da luta contra o terrorismo, a UE e os EUA podem sempre recorrer ao acordo sobre auxílio judiciário mútuo, sendo neste caso a transferência de dados para os EUA regida pela legislação nacional do Estado-Membro em causa.

A Comissão Europeia anunciou ontem, numa carta dirigida ao Presidente do PE, Jerzy Buzek, que irá apresentar *"nas próximas semanas"* recomendações com vista à celebração de um acordo de longo prazo com os EUA. Essas recomendações irão ter em conta as preocupações do PE e do Conselho e assegurar o máximo respeito pela privacidade e protecção dos dados dos cidadãos, garantiu.

### **Debate em plenário**

No debate realizado no Parlamento Europeu na véspera da votação do acordo provisório SWIFT relativo à transferência de dados bancários para os EUA muitos eurodeputados revelaram estar insatisfeitos com as garantias de protecção de dados e os mecanismos judiciais previstos no acordo.

*"O Conselho deu alguns sinais positivos, mas não foi para além disso"*, disse o representante do grupo PPE. Os representantes dos grupos S&D, ALDE, Verdes e CEUE disseram claramente que estão contra o acordo, enquanto o ECR precisa de mais tempo para reflectir.

Com o Tratado de Lisboa, passa a ser necessária a aprovação do Parlamento Europeu para que este tipo de acordos produza efeitos jurídicos.

A relatora da Comissão das Liberdades Cívicas do PE, **Jeanine Hennis-Plasschaert** (ALDE, NL), reconheceu que a utilização de dados financeiros na luta contra o terrorismo *"é necessária"*, mas, em matéria de protecção de dados, *"o Conselho não foi suficientemente forte"*. A eurodeputada lamentou que a UE continue a *"externalizar os seus serviços de segurança aos Estados Unidos, sem reciprocidade"*, adiantando que as normas de transferência e armazenamento de dados previstas no acordo provisório não são proporcionais.

**Alfredo Pérez Rubalcaba**, ministro espanhol do Interior que falou em representação do Conselho, afirmou que o Programa de Detecção do Financiamento do Terrorismo (TFTP) *"é um instrumento de grande valor, que permitiu que fossem travadas tentativas de ataques terroristas"*. Segundo o representante da presidência espanhola, o texto do acordo fornece garantias suficientes para a protecção de

dados. O ministro espera que o Parlamento e o Conselho negociem um acordo interinstitucional para que seja facilitado o acesso a documentos confidenciais.

No final do debate, Alfredo Pérez Rubalcaba indicou que não pode propor um projecto de novo acordo a curto prazo, mas que deseja voltar ao Parlamento Europeu *"dentro de alguns meses"* para apresentar aos eurodeputados os resultados das conversações com a Administração norte-americana. *"É por isso que vos peço mais tempo"*, argumentou.

A nova Comissária responsável pelos Assuntos Internos, **Cecilia Malmström**, afirmou que o acordo SWIFT *"não é apenas favorável aos Estados Unidos, é benéfico para todos"*. E acrescentou que o relatório publicado, para a Comissão Europeia, pelo antigo juiz antiterrorista Jean-Louis Bruguière *"confirma que o TFTP é importante para fornecer informações úteis para lutar contra o terrorismo"*. Na sua opinião, a rejeição do acordo pelo Parlamento Europeu seria uma *"séria ameaça à segurança"* dos cidadãos europeus.

### Intervenção dos grupos políticos

*"Queremos que a segurança, as liberdades cívicas e a protecção de dados sejam asseguradas em pé de igualdade"*, salientou **Ernst Strasser** (PPE, AT). Apesar de a UE ter *"uma boa relação com os Estados Unidos"*, o Parlamento Europeu *"é responsável e tem de prestar contas"* perante os cidadãos europeus sobre este assunto, e o modo como este acordo foi negociado *"não é razoável"*. *"Não podemos aceitar esta situação"*, declarou. *"O Conselho deu alguns sinais positivos, mas apenas isso, não foi para além"* dos sinais. O eurodeputado declarou que o PE quer *"garantias para que haja um bom acordo"*.

A assinatura deste acordo *"foi um erro dos Estados-Membros"*, que *"pensaram que podiam escapar com um acordo fraco"*, afirmou **Martin Schulz** (S&D, DE). O eurodeputado tem dúvidas de que este acordo respeite os direitos fundamentais *"que a UE tanto protege"*: *"como vão ser retidos os dados, como vão ser armazenados, terei acesso a esses dados, quando serão apagados, serão mantidos por 90 anos?"*, questionou. *"Estas são questões sérias"* às quais foram dadas respostas incompletas, frisou Schulz. *"Este é um mau acordo que não podemos simplesmente aceitar"*, afirmou, acrescentando que vai recomendar ao seu grupo que o rejeite amanhã. *"Precisamos de novas negociações"*, rematou.

**Sophia In't Veld** (ALDE, NL) frisou que a aprovação do SWIFT *"é uma decisão que cabe ao Parlamento Europeu"*, que deve ser *"livre de pressões externas"* e de argumentos de *"alegados buracos na segurança"*, caso este venha a ser rejeitado. A eurodeputada sublinhou que o PE apenas pode dar a sua aprovação a um acordo cuja *"substância e procedimentos"* estejam correctos, referindo que *"as respostas do Conselho foram inadequadas"*: *"o Conselho teve muitas oportunidades de lidar com este assunto de uma maneira correcta"*, permitindo o *"escrutínio democrático do Parlamento"*, mas *"foi teimoso"*, disse a deputada. *"Os nossos eleitores têm o direito de saber que o PE leva a protecção dos dados muito a sério e que não assina apenas por baixo as decisões do Conselho"*. *"Se o Conselho quer a aprovação deste Parlamento tem de dar as garantias que pedimos"*, concluiu.

*"Temos de votar contra o acordo, e não adiar a votação!"*, insistiu **Rebeca Harms** (Verdes/ALE, DE). *"Não devemos aprovar um acordo quando muitos de nós não se cansam de repetir que este não é um bom acordo"*, declarou. A eurodeputada criticou o facto de, apesar de os colegas norte-americanos estarem disponíveis para um diálogo construtivo, o Conselho não se mostrar disposto a isso.

**Timothy Kirkhope** (ECR, UK) disse estar "*frustrado e zangado*" com o tratamento do Conselho. "*O direito de aprovação do Parlamento não deve ser visto como um instrumento retrospectivo*", disse. "*Estamos finalmente a ter garantias por parte do Conselho e da Comissão*" sobre a protecção de dados, mas "*precisamos de algum tempo*" para reflectir.

Para **Lothar Bisky** (CEUE/EVN, DE), o acordo provisório foi alcançado através de um "processo dúbio" e tentando contornar o Parlamento Europeu. "*Estão a querer que digamos sim à irmã mais nova (Little Sister) do Big Brother*", comparou.

### **Intervenção de eurodeputados portugueses**

**Carlos Coelho** (PPE): "*No meu país, quando um polícia quer ter acesso a uma conta bancária, precisa de um mandato judicial. Não posso aceitar um acordo em que milhares ou milhões de dados bancários são transferidos sem tutela judicial para serem apreciados por um polícia americano. Há um défice de protecção de dados no acordo provisório que foi negociado. A protecção de dados não é um luxo, é uma condição da nossa liberdade. Há um défice de reciprocidade, há um défice de proporcionalidade. Isso não pode ser.*

*Queremos, com certeza, que o acordo definitivo seja um acordo bem negociado. Como é que ele pode ser bem negociado? É partindo de uma má base ou de uma base aceitável? Eu creio que é melhor não termos um acordo provisório mau do que termos qualquer tipo de acordo. Recusarmos o acordo provisório é ter uma boa base negocial para o acordo definitivo".*

## **Solidariedade com o povo do Haiti**

O Parlamento Europeu, numa resolução aprovada na última sessão plenária, considera como prioridade da UE o auxílio aos esforços de reconstrução e à melhoria da situação humanitária no Haiti. O Parlamento instou, igualmente, à adopção de uma moratória temporária sobre novas adopções de crianças no Haiti até dois anos, bem como à criação de uma Força de Protecção Civil da UE.

Uma avaliação abrangente das necessidades da população a curto e longo prazo e a participação da UE no processo de reconstrução é necessária, sublinham os eurodeputados numa resolução do Parlamento que dá voz à solidariedade do Parlamento com o povo do Haiti.

Tendo em vista a melhoria das acções da UE relativamente a situações similares no futuro, exorta a Comissão Europeia a proceder tão rapidamente quanto possível, a uma avaliação da resposta europeia à crise no Haiti.

### **Proteger os mais vulneráveis**

Os Eurodeputados estão preocupados com os grupos mais vulneráveis, em especial crianças e mulheres, instando a que a UE e ONU dêem especial atenção à participação destas últimas nos esforços de reconstrução.

### **Força de Protecção civil europeia**

O Parlamento Europeu insta a Comissão Europeia a apresentar tão rapidamente quanto possível propostas legislativas referentes ao estabelecimento de uma Força de Protecção Civil da UE, a fim de que a União possa reunir os meios adequados para organizar uma primeira ajuda humanitária de emergência no prazo de 24 horas que se segue a uma catástrofe.

### **Perdão da dívida externa do Haiti**

Tendo em consideração a enorme dívida externa do Haiti no montante de mil milhões de dólares, o Parlamento congratula-se com a decisão dos países do G7 de suspenderem as suas exigências em relação à dívida externa do Haiti e exorta que todos os países eadores internacionais sigam o mesmo preceito, incluindo o FMI. Toda a ajuda de emergência deve ser prestada a fundo perdido e não sob a forma de empréstimos geradores de dívida.

### **Intervenção dos eurodeputados portugueses:**

**Carlos Coelho** (PPE): *"O terramoto ocorrido no dia 12/01/2010 na ilha do Haiti, que vitimou milhares de pessoas e provocou uma situação de devastação e calamidade profunda, apela à nossa solidariedade firme para com o povo haitiano. Tive o prazer e a honra de contribuir para a redacção desta Resolução do Parlamento Europeu. Considero fundamental, antes de mais, dar uma palavra de agradecimento aos profissionais cujo trabalho desenvolvido, de imediato, (através do MIC) contribuiu para salvar vidas e atenuar necessidades urgentes no terreno (saúde, água, higiene, vestuário, etc.), provando assim que o investimento exigido pelo PE, ao longo destes anos, tem os seus efeitos práticos positivos.*

*Por outro lado, tal como no pós-tsunami asiático, é necessário tirar lições do sucedido. A Comissão Europeia deve apresentar o mais rapidamente possível, no seguimento do Relatório Barnier de 2006, medidas legislativas de criação de uma Força de Protecção Civil da UE, única, independente e permanente, capaz de realizar missões de salvamento bem como garantir uma abordagem integrada da assistência, reabilitação e desenvolvimento. Felicito ainda os Estados-Membros, ONG e a sociedade civil por toda a ajuda humanitária disponibilizada."*

# Ordem do dia

## 08 a 11 de Fevereiro de 2010

### ► Segunda-feira, 8 de Fevereiro de 2010

**17:00 - 23:00**

Reinício da sessão e ordem dos trabalhos

Intervenções de um minuto (Artigo 150.º do Regimento)

Discussão conjunta - Tributação

Cooperação administrativa no domínio da fiscalidade - *Relatório: Magdalena Alvarez (A7-0006/2010)*

Assistência mútua em matéria de cobrança de créditos respeitantes a impostos, taxas, direitos e outras medidas - *Relatório: Theodor Dumitru Stolojan (A7-0002/2010)*

Aplicação facultativa e temporária de um sistema de autoliquidação ao fornecimento ou prestação de certos bens e serviços que apresentam um risco de fraude (modificação da Directiva 2006/112/CE)

*Relatório: David Casa (A7-0008/2010)*

Promover a boa governação em questões fiscais - *Relatório: Leonardo Domenici (A7-0007/2010)*

GM/Opel: actuais desenvolvimentos - *Declaração da Comissão*

Igualdade entre Homens e Mulheres na União Europeia – 2009 - *Relatório: Marc Tarabella (A7-0004/2010)*

### ► Terça-feira, 9 de Fevereiro de 2010

**09:00 - 11:50**

Apresentação do Colégio de Comissários e declaração sobre o Acordo-Quadro sobre as relações entre o Parlamento Europeu e a Comissão - *Declaração de José Manuel Barroso, Presidente da Comissão Europeia*

**12:00 - 12:30 Votação**

Acordo-quadro sobre as relações entre o Parlamento Europeu e a Comissão - *Proposta de resolução*

**13:30 - 14:30 Votação (precedida de intervenções dos grupos políticos)**

Apresentação do Colégio de Comissários - *Propostas de resolução*

Eleição da nova Comissão

**15:00 - 20:00**

Situação monetária, económica e social difícil em países da zona euro - *Declarações do Conselho e da Comissão*

Progressos feitos no repatriamento de detidos de Guantánamo e encerramento de Guantánamo - *Declarações do Conselho e da Comissão*

Objectivos-chave para a Conferência das Partes na CITES - *Perguntas orais (O-0145/2009 - B7-0003/2010)*  
(O-0146/2009 - B7-0004/2010)

FEDER: elegibilidade das intervenções habitacionais a favor das comunidades marginalizadas - *Relatório: Lambert van Nistelrooij (A7-0048/2009)*

► **Quarta-feira, 10 de Fevereiro de 2010**

**08:30 - 11:50 DEBATE PRIORITÁRIO**

Discussão conjunta - Relatórios de progresso relativos aos países candidatos

Relatório de progresso de 2009 referente à Croácia - *Declarações do Conselho e da Comissão*

Relatório de progresso de 2009 referente à Antiga República Jugoslava da Macedónia - *Declarações do Conselho e da Comissão*

Relatório de progresso de 2009 referente à Turquia - *Declarações do Conselho e da Comissão*

**12:00 - 13:00 Votação**

Aplicação facultativa e temporária de um sistema de autoliquidação ao fornecimento ou prestação de certos bens e serviços que apresentam um risco de fraude (modificação da Directiva 2006/112/CE) - *Relatório: David Casa (A7-0008/2010)*

FEDER: elegibilidade das intervenções habitacionais a favor das comunidades marginalizadas - *Relatório: Lambert van Nistelrooij (A7-0048/2009)*

Cooperação administrativa no domínio da fiscalidade - *Relatório: Magdalena Alvarez (A7-0006/2010)*

Assistência mútua em matéria de cobrança de créditos respeitantes a impostos, taxas, direitos e outras medidas - *Relatório: Theodor Dumitru Stolojan (A7-0002/2010)*

Recente sismo no Haiti - *Propostas de resolução*

Situação no Irão - *Propostas de resolução*

Situação no Líbano - *Propostas de resolução*

Tráfico de seres humanos - *Propostas de resolução*

Resultados da cimeira de Copenhaga sobre as alterações climáticas - *Propostas de resolução*

Promover a boa governação em questões fiscais - *Relatório: Leonardo Domenici (A7-0007/2010)*

Igualdade entre Homens e Mulheres na União Europeia – 2009 - *Relatório: Marc Tarabella (A7-0004/2010)*

Objectivos-chave para a Conferência das Partes na CITES - *Proposta de resolução*

Relatório de progresso de 2009 referente à Croácia - *Proposta de resolução*

Relatório de progresso de 2009 referente à Antiga República Jugoslava da Macedónia - *Proposta de resolução*

Relatório de progresso de 2009 referente à Turquia - *Proposta de resolução*

### **15:00 - 18:00 DEBATES SOBRE TEMAS DA ACTUALIDADE**

Acordo UE-Estados Unidos da América sobre o tratamento de dados relativos a mensagens de pagamentos e sua transferência da UE para os Estados Unidos para efeitos do Programa de Detecção do Financiamento do Terrorismo - *Relatório: Jeanine Hennis-Plasschaert (A7-0013/2010)*

Discussão conjunta - Luta contra o terrorismo

Scanners corporais - *Declarações do Conselho e da Comissão*

Funcionamento dos serviços de informação no quadro das estratégias antiterroristas - *Declarações do Conselho e da Comissão*

Situação na Ucrânia - *Declaração da Alta Representante da União para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança / Vice-Presidente da Comissão*

### **18:00 - 19:00**

Período de perguntas ao Conselho (B7-0006/2010)

### **21:00 - 24:00**

Impacto da crise económica no comércio mundial - *Pergunta oral (O-0005/2010 - B7-0005/2010)*

Acordo de comércio livre UE/Coreia do Sul - *Pergunta oral (O-0171/2009 - B7-0001/2010)*

### **► Quinta-feira, 11 de Fevereiro de 2010**

#### **09:00 - 11:50**

Proposta de directiva do Conselho que executa o Acordo-Quadro relativo à prevenção de ferimentos provocados por objectos cortantes e perfurantes nos sectores hospitalar e da saúde celebrado pela HOSPEEM e pela EPSU - *Proposta de resolução*

Jogos de apostas em linha tendo em conta acórdãos recentes do Tribunal de Justiça  
- *Pergunta oral (O-0141/2009 - B7-0235/2009)*

**12:00 - 13:00 Votação**

Modificação do Regulamento (CE) n.º 1085/2006 do Conselho, de 17 de Julho de 2006, que institui um Instrumento de Assistência de Pré-Adesão (IPA) - *Relatório: Gabriele Albertini (A7-0003/2010)*

Cobrança internacional de alimentos em benefício dos filhos e de outros membros da família - *Relatório: Jiří Maštálka (A7-0005/2010)*

Programa Comunitário para o Emprego e a Solidariedade Social (Progress) - *Relatório: Kinga Göncz (A7-0049/2009)*

Acordo UE-Estados Unidos da América sobre o tratamento de dados relativos a mensagens de pagamentos e sua transferência da UE para os Estados Unidos para efeitos do Programa de Detecção do Financiamento do Terrorismo - *Relatório: Jeanine Hennis-Plasschaert (A7-0013/2010)*

Proposta de directiva do Conselho que executa o Acordo-Quadro relativo à prevenção de ferimentos provocados por objectos cortantes e perfurantes nos sectores hospitalar e da saúde celebrado pela HOSPEEM e pela EPSU - *Proposta de resolução*

**15:00 - 16:00**

Debate sobre casos de violação dos direitos do Homem, da democracia e do Estado de Direito - Duração máxima: uma hora (Artigo 122.º do Regimento)

Venezuela  
Madagáscar  
Birmânia

**16:00 - 17:00 Votação**

Propostas de resolução relativas ao debate sobre casos de violação dos direitos do Homem, da democracia e do Estado de Direito (Artigo 122.º do Regimento)

fdbggtfhfghh